

Projecto de Recomendação

A queima de combustíveis fósseis para a produção de energia, processos industriais, transportes e também processos de desflorestação, são responsáveis pela emissão de gases tais como o dióxido de carbono, metano, óxidos de azoto, etc. Dada a sua capacidade para absorver e reter radiação infravermelha, estes gases provocam um aumento do efeito de estufa e, conseqüentemente, um aquecimento global do Planeta.

Em média, a temperatura da superfície terrestre aumentou cerca de 0,6°C em relação à era pré-industrial, sendo que o maior incremento aconteceu nos últimos 40 anos. Durante o século XX, o nível dos mares subiu em média 10 a 20 cm, tendo-se registado um aumento da frequência e intensidade de fenómenos meteorológicos súbitos e extremos, como furacões, tempestades, cheias, secas, entre outros.

Portugal, dada a sua grande linha de costa e a sua localização na transição das zonas climáticas atlântica e mediterrânea, é particularmente vulnerável e pode vir a sofrer danos muito sérios. Os sectores da habitação, indústria, transportes e serviços foram aqueles que mais viram aumentar, desde 1990, a sua quota-parte de responsabilidades nesta matéria, duplicando as suas emissões em apenas 15 anos.

Portugal possui uma dependência externa, em termos energéticos, claramente superior à média da União Europeia, fundamentalmente relacionada com a importação de combustíveis fósseis, designadamente petróleo, carvão e gás. O nosso país importa a maioria da energia que consome (correspondendo a cerca de 4000 milhões de euros por ano) e tem um dos piores níveis de eficiência da União Europeia na utilização de energia, com evidentes reflexos negativos na competitividade da economia.

Deste modo, Portugal necessita de aumentar a eficiência energética, até porque somos um país rico em recursos energéticos alternativos: temos sol, vento, água, biomassa e mesmo geotermia.

Reduzir o consumo de energia e apostar nas energias renováveis, em detrimento dos combustíveis fósseis deverá ser a grande aposta nacional, sobretudo através da mudança para comportamentos que promovam a eco-eficiência. Para ir de encontro a esta tendência, é necessário o empenho dos decisores políticos, mas igualmente de todos os cidadãos.

Ao apostar nas fontes de energia renováveis, substituem-se os custos de funcionamento e de poluição, por custos de investimento, geradores de emprego, investigação científica e tecnológica.

Esta aposta deverá ser feita com base numa estratégia nacional, no âmbito de uma política de ordenamento do território e de sustentabilidade, em que se ponderem as possíveis localizações das fontes de produção de energia, se determinem as capacidades produtivas e os impactes previsíveis, a nível ambiental, económico e social.

Só assim passará a ser uma decisão integrada e de consenso, tendo em conta os pilares do desenvolvimento sustentável, em que as opções políticas tomadas não poderão pôr em causa os recursos disponíveis para as gerações futuras e terão de contar com a participação activa da sociedade.

Pelo que foi dito, propomos as seguintes medidas:

1. Implementar na prática o que a Lei já prevê relativamente à introdução obrigatória de boas práticas energéticas na construção de edifícios, ou seja, antes da sua construção, criar a obrigatoriedade de desenhá-los com elevado grau de eficiência energética: boa orientação solar, aproveitamento da energia solar (painéis termoacumuladores e fotovoltaicos orientáveis) e, se possível, da energia eólica (micro-aerogeradores), construção de acordo com as características climáticas locais (paredes espessas, vãos

envidraçados virados a sul, boa ventilação e boa entrada de luz natural) e, sobretudo, um excelente isolamento térmico, de modo a reduzir ao máximo as necessidades energéticas para aquecimento e arrefecimento. Neste último ponto, achamos que Portugal tem todas as condições para investir na produção e transformação de cortiça como isolante térmico, em substituição de outros produtos artificiais, poluentes, derivados do petróleo e muito menos eficazes. Não só é um produto nacional e natural, como as vantagens inerentes à poupança de energia nas habitações iria ainda estimular a produção de cortiça, plantando mais sobreiros – árvores adaptadas às características do nosso país, particularmente a sul, estimulando a agricultura (sistema de montado) e a economia nacional, gerando emprego e até aumentando as exportações.

2. Os transportes são responsáveis por grande parte das alterações climáticas – o transporte rodoviário gasta cinco vezes mais energia do que o transporte ferroviário, para o mesmo número de passageiros e carga. Por isso, uma reforma nos transportes públicos deverá ser uma prioridade. O sector dos transportes é gravemente dependente do petróleo e representa actualmente a maioria do consumo energético em Portugal.

Por esse motivo, o investimento nos transportes rodoviários movidos a biocombustíveis reveste-se de importância fundamental no alívio do elevado peso da dependência energética do país.

Assim, propomos que o Estado deveria promover e investir de forma significativa na diversificação de novas tecnologias menos poluentes e económicas para os transportes rodoviários e maquinaria agrícola: substituição dos combustíveis tradicionais por biocombustíveis (a partir de óleos vegetais, óleos de fritura usados ou da combustão de determinadas culturas com potencial energético).

Esta medida traria as seguintes vantagens:

- Incentivo à investigação e desenvolvimento tecnológico nacional o que implicaria a criação de cursos e bolsas nas universidades, institutos, empresas.
- Utilização dos transportes públicos para publicitar a utilização de biocombustíveis, de modo a sensibilizar a população.
- A produção de biocombustíveis através da combustão de resíduos agrícolas (biomassa) poderia estimular a agricultura (produção de culturas energéticas), fixando as populações nas zonas rurais, criando empresas nacionais à base de tecnologias limpas e gerando emprego.
- O aproveitamento da biomassa florestal para produção de combustíveis poderia ainda ser encarado como um instrumento de luta contra os incêndios, através da limpeza das florestas.

3. Investir na conjugação de energia hídrica de baixo impacte ambiental (mini-hídricas) com outras fontes de energia, como a solar ou a eólica, podendo, deste modo, ser possível a autonomia energética de municípios, incluindo habitações de turismo rural ou pequenos aglomerados populacionais.

Os grandes empreendimentos hidroeléctricos (barragens) não só implicam elevados impactes ambientais, como a sua produção varia em função do regime pluviométrico, que é bastante irregular e assimétrico em Portugal. Por seu lado, as mini-hídricas podem ser implementadas em pequenos cursos de água, com impactes muito menores (menor custo com instalação e manutenção de redes eléctricas, possibilidade de investimento privado, redução dos impactes electromagnéticos criados pelas linhas de alta e muito-alta tensão). Além disso, o recurso ao potencial hídrico faz parte do uso tradicional dos cursos de água no nosso país, nomeadamente os moinhos de água, que ainda se encontram um pouco por todo o território nacional.

Para investir na criação de uma rede de mini-hídricas seria necessário criar uma única entidade que regulasse todos os processos de licenciamento, bem como se responsabilizasse na qualificação de profissionais para a sua implementação e fiscalização, criando assim mais postos de trabalho.

Nota: Os argumentos deviam estar concentrados apenas na “exposição de motivos”.